

DIPLOMACIA

Battisti, de assaltante a ‘intelectual injustiçado’

Odiado por seus crimes na Itália, ele é bajulado como mártir na França

Andrei Netto
ENVIADO ESPECIAL
ROMA

Cesare Battisti é um homem de duas personalidades. A primeira foi vivida na explosiva agitação política da Itália dos anos 70. De assaltante ordinário, passou a foragido condenado à prisão perpétua irrecorrível. Respondeu à Justiça por 36 acusações em um único julgamento em 1988, entre os quais a autoria de dois homicídios e a cumplicidade em outros dois. Em seu país, é descrito como “um assassino em estado puro”. Mas também há outro Battisti. Em Roma e Paris, o **Estado** entrevistou mais de uma dezena e meia de autoridades de Justiça, ex-comparsas, vítimas, acadêmicos, políticos, amigos e inimigos do ex-militante. Battisti é visto como uma personalidade de complexa, situada no limite entre a delinquência, o terrorismo e a reabilitação completa.

Antes do PAC, italiano era visto como ‘arrombador fanfarrão’

Sua primeira personalidade nasceu em 18 de dezembro de 1954, em Sermoneta, cidade ao sul de Roma. “Filho e neto de comunistas”, como costuma se apresentar, cresceu junto com a efervescência estudantil e operária na Itália dos anos 60. Jovem assaltante, aos 17 anos foi encarcerado pela primeira vez. Três anos depois, aos 20, de volta à cadeia por assalto à mão armada, em Udine, conheceu o

prisioneiro Arrigo Cavallina. O novo encontro entre ambos se daria em 1978, após uma segunda condenação por assalto.

Em fuga para Verona, pediu abrigo ao amigo. O ex-companheiro de cárcere havia se transformado no idealizador do Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), grupo armado surgido à luz do movimento sindical Autonomia Operária e inspirado nas Brigadas Vermelhas, organização guerrilheira de extrema esquerda. “Foi minha culpa se Battisti entrou para o PAC. Antes, era um assaltante, um arrombador fanfarrão”, descreveu Cavallina ao jornal *La Stampa*, em 2004. Localizado pelo **Estado**, o ex-terrorista confesso tenta virar a página, após ter delatado os companheiros ao longo dos anos 80. “Battisti tomou decisões em sua vida, eu tomei as minhas. Ele ainda hoje fala de sua vida pregressa. Eu tento não voltar mais a este assunto.”

Com a militância de ambos, os PAC multiplicaram ações em Milão, Turin e Veneza entre 78 e 79. Não eram, então, marcados pela atuação intelectual de vanguarda, nem mesmo por uma identidade ideológica forte. Seus crimes, como ameaças e atentados contra policiais ou agentes penitenciários, se misturavam a assaltos, por vezes sangrentos, apelidados de “expropriações”. O fim da organização se deu em 26 junho de 1979, em um apartamento em Milão. Battisti foi flagrado em meio a armas e documentos.

“Nessa época, era ao mesmo tempo um bandido comum e um criminoso político. Foi politizado na prisão, cometeu crimes e está em fuga há 25 anos”, defi-

IMPASSE INTERNACIONAL

Acusação e defesa

Cesare Battisti

1954 Nasce em 18 de dezembro em Sermoneta, vila industrial fundada pelo regime de Mussolini

1968 Participa de movimentos estudantis e se engaja no ativismo de extrema esquerda

O extremista italiano Cesare Battisti é acusado de quatro assassinatos na Itália – ele nega – e recebeu refúgio político no Brasil no começo do ano


Década de 70 Integra o Proletários Armados pelo Comunismo (PAC)

1979 É preso sob acusação de assassinato

As vítimas


Como a Itália descreve os assassinatos, em ofício enviado ao Brasil

Antonio Santoro




- Marechal dos agentes de custódia
- Udine, 6/6/1978
- Battisti atingiu primeiramente a vítima com um tiro nas costas e, depois, com outros dois disparos, quase à queima-roupa

Pierluigi Torregiani




- Dono de loja
- Milão, 16/2/1979
- Torregiani caminhava até sua loja, com seus dois filhos menores, quando caiu em uma emboscada, sendo alvejado

Lino Sabbadin



- Dono de açougue
- Mestre, 16/2/1979
- Battisti e Diego Giacomini entraram no açougue com barba e bigode postiços. Um deles disparou dois tiros contra Sabbadin

Andrea Campagna



- Agente de polícia
- Milão, 19/4/1979
- O policial caminhava até seu carro quando foi abordado por Battisti, que disparou cinco tiros na direção da vítima

A condenação

Decisões definitivas da Itália

Battisti foi condenado à prisão perpétua – com isolamento diurno de seis meses – em decisões que transitaram em julgado (definitivas) em 8 de abril de 1991 e 10 de abril de 1993. De acordo com a lei

italiana, a prescrição não extingue os crimes para os quais a lei prevê a pena de prisão perpétua

A defesa

As alegações de Battisti

Em sua defesa, entregue por escrito em 2008 ao STF, Battisti negou a autoria dos crimes. Alega que se tratava de período conturbado da história italiana, conhecido como “anos de chumbo”, que não esteve presente a qualquer ato do processo, não tendo constituído advogado. Diz que sua condenação teria “como base apenas a confissão de um ex-integrante da facção política responsável pelos atentados e a natureza política dos atos em razão dos quais houve a condenação”

FRASES

Armando Spataro

Ex-procurador

“Era um dos mais perigosos, dos piores assassinos envolvidos em casos nos quais eu já trabalhei. Battisti era um assassino em estado puro”

Pietro Forno

Ex-juiz

“Foi politizado na prisão, cometeu crimes e está em fuga há 25 anos”

ne Pietro Forno, juiz de instrução do caso e hoje procurador.

A prisão do militante deu início à montagem de um quebra-cabeças. As primeiras evidências contra Battisti resultaram



Battisti no Brasil

• O extremista chega ao País em 2004, depois de passar, desde 1981, quando fugiu da Itália, por México e França (lá se tornou autor de romances policiais)

• Battisti é preso em março de 2007 no Rio. É transferido para Brasília. A Itália pede a extradição do ex-militante

• O Comitê Nacional para Refugiados rejeita em novembro de 2008 pedido de refúgio de Battisti e a defesa, comandada pelo petista Luiz Eduardo Greenhalgh, recorre ao ministro da Justiça, Tarso Genro

• Tarso concede o refúgio neste ano, a Itália reage, faz apelos ao governo e chama seu embaixador no Brasil para consultas

• Após parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que opina pelo arquivamento do pedido de extradição, a defesa aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal. Battisti continua preso em Brasília

INFOGRÁFICO/AE - FOTO: ROBERTO CASTRO/AGÊNCIA ISTOÉ

Para acadêmicos, leis especiais não suprimiram democracia

Estudiosos contestam tese de falta de legitimidade de julgamentos baseados em legislação de exceção

ROMA

Entre 1975 e 1986, em meio aos anos de chumbo marcados por uma série de atentados de extrema direita e esquerda, que vitimaram perto de 300 pessoas, o Estado italiano adotou duas grandes leis de exceção: Reale e Cossiga. Nenhuma delas, contudo, dizem acadêmicos consultados pelo **Estado** na Itália e na França, representou o enfraquecimento das liberdades democráticas no país.

O argumento é um dos usados por Cesare Battisti para justificar sua atuação nos anos 70 e para atacar a legitimidade dos julgamentos aos quais foi submetido nos anos 80, que resultaram em sua pena de prisão perpétua.

As “leis de exceção”, como ficaram conhecidas, visavam a desestimular atentados terroristas por meio da ampliação dos recursos da polícia e da restrição de algumas liberdades individuais. O primeiro destes textos, a Lei Reale, de 22 de maio de 1975, autorizou a polícia a investigar e prender suspeitos sem mandado do juiz de instrução.

Em 15 de dezembro de 1979 – auge da tensão social, após a execução do ex-primeiro-ministro Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas –, o Decreto-Lei Cossiga aumentou o tempo de pri-

Juiz nega pressões do governo

... Dois dos personagens centrais da condenação de Cesare Battisti em Milão, na Itália, reafirmaram ao **Estado** que, mais de 25 anos depois, não têm razões para questionar a autonomia da Justiça nos anos de chumbo.

Armando Spataro, procurador da República no caso Battisti em 1981 e coordenador do Departamento contra o Terrorismo da procuradoria em Milão, repudia toda alusão à suposta falta de independência do Judiciário italia-

no nos anos 70. “Esta conclusão é uma comédia ofensiva e abusiva”, repudia.

Pietro Forno, juiz de instrução do primeiro processo de Battisti em Milão, também ressaltou a liberdade de ação de que o Judiciário desfrutava em relação aos demais poderes, mesmo em meio à turbulência política e social do país. “Nunca me senti pressionado a chegar a qualquer resultado. Em todo o processo houve um respeito absoluto à lei.” • A.N.

são preventiva para delitos ligados ao terrorismo, além de autorizar escutas telefônicas.

A distensão do marco legal contra o terrorismo só veio com a Lei Gozzini, datada de 10 de outubro de 1986. No mesmo sentido, seguiram-se textos em 1987 e em abril e dezembro de 1990, todos marcando paulatinamente o fim das chamadas leis especiais e reduzindo o tempo de prisão preventiva de suspeitos.

Nos anos 70, a atividade intensa de grupos extremistas armados, somada à histórica ação da Máfia e da Camorra, contribuíram para que a imagem do país fosse manchada. Mesmo com o endurecimento

da legislação, contudo, afirma Marc Lazar, historiador e cientista político francês do Instituto de Estudos Políticos de Paris e da Universidade Luiss, de Roma, todas as instituições políticas italianas funcionavam dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito. “Houve medidas duras. Algumas delas restringiam liberdades individuais, mas sempre foram controladas pelo Parlamento e reguladas pelos poderes públicos”, assegura. “Não podemos comparar a Itália dos anos 60, 70 e 80 aos regimes de exceção ou aos tribunais especiais, como houve na América Latina, por exemplo.”

Para Luigi Bonanato, profes-

sor de Relações Internacionais da Universidade de Turim, autor de ensaios e livros sobre os anos de chumbo, o país não fugia à regra dos países desenvolvidos da Europa. “A Itália era uma democracia como todas as outras de seu tempo no Ocidente, com virtudes e defeitos. Os grupos terroristas desejavam criar uma tensão pré-revolucionária, mas não vivíamos uma guerra civil”, afirma. “Mesmo de um ponto de vista ideológico extremo, seria patético afirmar que não éramos uma democracia.”

Lazar e Bonanato têm visões dissonantes no que diz respeito aos julgamentos realizados então. Ambos asseguram que juízes e promotores tinham liberdade de ação. Lazar evita comentários aprofundados sobre o assunto, por não ser jurista. “Não posso afirmar se foi um julgamento sereno ou não. Mas outros foram julgados pelos mesmos tribunais e, à luz das mesmas leis, cumpriram ou estão cumprindo as suas penas.”

Bonanato, por outro lado, lembra que a lei que instituiu a delação premiada instigou terroristas a entregar seus comparsas, deturpando parcialmente o procedimento jurídico normal. “Era uma lei absurda, mas que alcançou imenso sucesso”, lembra. Além disso, entende o especialista italiano, a opinião pública acabou lançada contra Battisti. “Não sabemos se ele é inocente ou não”, alega Bonanato, para quem o ex-militante deveria ficar no Brasil, e a Itália, seguir seu rumo. “Uma pessoal como Battisti não merece mais do que o esquecimento.” • A.N.

Filhos de vítimas reivindicam justiça

Terroristas mudaram suas vidas ao cumprir penas de prisão, diz deputado

ROMA

A Itália vive um grande consenso social em relação a Cesare Battisti. Excetuados setores minoritários da extrema esquerda e intelectuais que defendem a superação dos traumas causados pelos anos de chumbo, a opinião pública do país se mostra solidária às vítimas do terrorismo dos anos 70 e 80.

Em Roma, Milão e Turim, cidades em que vivem a maior parte dos parentes de vítimas do terrorismo, o sentimento mais presente nos depoimentos colhidos pelo **Estado** é a ansia por justiça.

Giovanni Bachelet, 53 anos, físico por formação e deputado, é uma das vozes serenas a pedir o repatriamento do extremista. Filho de Vittorio Bachelet, membro democrata-cristão da Aliança Católica, assassinado em 1980 pelas Brigadas Vermelhas, jamais havia militado em associações de vítimas até a prisão de Battisti no Brasil. “Minha atitude nunca foi revanchista, nunca pedi nada além de justiça e perdão”, sustenta. “Mas hoje represento a Itália, e a Itália está pedindo a extradição.”

Giovanni diz que muitos terroristas mudaram suas vidas após cumprir suas penas. “Os assassinos de meu pai estão vivos e vivem uma nova vida. Isto é positivo”, argumenta.

Sabina Rossa, 46, ex-deputada e ex-senadora, filha do sindicalista Guido Rossa, executado pelas Brigadas Vermelhas em 1979, também diz optar pela razão em detrimento da emoção ao falar de Battisti. “Assassinato é um crime muito bem descrito em nossa legislação. Não basta argumentar que se passaram 30 anos e que os fatos devem ser esquecidos. Crimes de terrorismo e da Máfia não são prescritíveis em nosso país.”

Já os filhos de duas vítimas diretas do grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), grupo ao qual pertencia Battisti, demonstram razões pessoais – e mais passionais – para almejar o retorno do ex-militante detido no Brasil. Alberto Torregiani, 44 anos, filho do joalheiro Pierluigi Torregiani, morto em 1979, em Milão, ficou paraplégico ao ser atingido por um dos disparos. Ele não perdoa Battisti. “Não sei se há diferenças entre um assassino comum e um político. Assassino é assassino”, afirma.

Filho de Lino Sabbadin, assassinado pelo PAC no mesmo dia em que Pierluigi morreu, Adriano Sabbadin não esconde a preocupação revanchista. “Battisti é o homem que matou meu pai. O processo foi conduzido pela Justiça com todo o direito de defesa. Ele precisa pagar”, afirmou, exaltado. • A.N.